

## O ensino à distância: fator de acesso à graduação e inibidor da desigualdade social

### Distance Learning: Enabler of Access to Higher Education and Inhibitor of Social Inequality

Luciano Momm<sup>1</sup>

241

**Resumo:** Nas últimas décadas o ensino superior brasileiro vem passando por transformações que favorecem o acesso de maiores percentuais da população aos bancos acadêmicos. Dentre estas transformações está o ensino à distância que vem desempenhando importante papel na oferta do ensino superior, rompendo barreiras geográficas e contribuindo para o aumento do número de pessoas com graduação. O artigo aborda a trajetória educacional do Brasil ao longo de mais de 500 anos de história, refletindo sobre acertos e desafios enfrentados no processo de formação educacional dos cidadãos. Desde a chegada dos jesuítas e a catequização dos indígenas até a estrutura educacional do século XXI, o país passou por diversos momentos cruciais para seu desenvolvimento intelectual. Um dos destaques é a Lei n.º 9394/96, que permitiu mudanças no ensino e impulsionou a educação a distância (EaD), especialmente no Ensino Superior, promovendo uma revolução no acesso à graduação nas últimas duas décadas. O estudo busca compreender o crescimento da população com nível superior no Brasil e as mudanças provocadas pelo crescimento educacional, considerando as novas tecnologias, ambientes virtuais, movimentos políticos e fenômenos culturais presentes no cenário contemporâneo. A metodologia empregada foi a qualitativa, efetivada por meio de uma revisão de literatura. Por fim o artigo ressalta a importância de compreender o legado histórico de restrições ao acesso à educação superior, que ainda influencia as desigualdades educacionais do país. Assim, busca-se promover um cenário educacional mais igualitário, refletindo sobre o impacto positivo do EaD na sociedade brasileira contemporânea.

**Palavras-chave:** Ensino a distância. Graduação. Equiparação social.

**Abstract:** In recent decades, Brazilian higher education has undergone transformations that favor greater access of the population to academic institutions. Among these transformations is

<sup>1</sup> Mestrando em Ciências da Educação pela Universidad del Sol – UNADES (San Lourenzo – Paraguay). Pós-graduado em Educação a Distância e Tutoria (2020) e Gestão Escolar (2013) ambas *Lato sensu* pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. Licenciado em Geografia (2016) e Bacharel em Administração Empresarial (2002) ambas graduações pela Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC. Atualmente é professor efetivo no Ensino Fundamental e Médio, na Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina – SED/SC e tutor externo no Centro Universitário Leonardo da Vinci. E-mail: lucianomomm@yahoo.com.br

Recebido em 12/06/2023

Aprovado em: 08/08/2023

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



distance learning, which has played a significant role in offering higher education, breaking geographical barriers, and contributing to an increase in the number of individuals with a college degree. The article discusses Brazil's educational trajectory over more than 500 years of history, reflecting on successes and challenges faced in the process of educating its citizens. From the arrival of the Jesuits and the catechization of indigenous peoples to the educational structure of the 21st century, the country has experienced various crucial moments for its intellectual development. One of the highlights is Law No. 9394/96, which enabled changes in education and propelled distance learning, especially in higher education, leading to a revolution in access to undergraduate programs in the last two decades. The study aims to understand the growth of the population with higher education in Brazil and the changes brought about by educational growth, considering new technologies, virtual environments, political movements, and cultural phenomena present in the contemporary scenario. The employed methodology was qualitative, conducted through a literature review. Finally, the article emphasizes the importance of understanding the historical legacy of restrictions on access to higher education, which still influences educational inequalities in the country. Thus, the goal is to promote a more egalitarian educational landscape, reflecting on the positive impact of distance learning in contemporary Brazilian society.

**Keywords:** Distance learning. University graduate. Social equation.

## 1 INTRODUÇÃO

O processo educacional no Brasil vem trilhando um caminho tortuoso nestes mais de 500 anos de história. Desde a chegada da Companhia de Jesus e seus missionários jesuítas, até a atual estrutura educacional do século XXI, o país possui uma trajetória de erros e acertos em termos de formação educacional de seus cidadãos. Ao discorrer sobre esse assunto é fácil constatar como certas medidas prejudicaram em muito o desenvolvimento e o aprimoramento instrucional da população brasileira. É o caso das propostas educacionais da reforma Pombalina, que ao mesmo tempo que institucionaliza o embrião da educação pública acaba por dizimar o trabalho já realizado até então pelos jesuítas.

No entanto houveram momentos também de importante relevância para o crescimento intelectual do país, como a Escola Nova da década de 1930 e a formulação das Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961, 1971 e a atual de 1996. Cabe destacar a Lei n.º 9394/96 que ao ser sancionada trouxe diversas mudanças, oportunizando novas formas de ensino, aperfeiçoando e redimensionando a educação brasileira. Exemplo disso é o Ensino à distância (EaD), que após da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, tomou proporção e passou a desenvolver um papel de protagonismo no desenvolvimento educacional do país. Em especial no Ensino Superior, isso acabou por promover uma verdadeira revolução no acesso à graduação pela população nestes últimos 20 anos.

Diante disso, este trabalho busca compreender o crescimento da população com nível superior no Brasil, refletindo sobre as mudanças que o crescimento educacional está promovendo na sociedade ante o cenário atual de novas tecnologias, ambientes virtuais, movimentos políticos e fenômenos de expansão cultural que se vive atualmente.

O presente artigo adota uma metodologia qualitativa (DA SILVA GONÇALVES, 2007) e utiliza a revisão de literatura como abordagem para investigar o tema proposto. O objetivo é analisar o crescimento do ensino à distância (EaD) no Brasil, com foco na graduação, e suas implicações para a equiparação social no processo educacional. A trajetória da educação no país, desde a chegada dos missionários jesuítas até a estrutura educacional contemporânea, é marcada por avanços e desafios. Entre esses avanços, destacam-se momentos significativos, como a Escola Nova da década de 1930 e as Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961, 1971 e 1996. Esta última, a Lei n.º 9394/96, foi especialmente relevante ao possibilitar mudanças no ensino, abrindo caminho para novas formas de aprendizado, com destaque para o EaD.

Essa modalidade de ensino ganhou protagonismo no Ensino Superior, revolucionando o acesso à graduação no país nas últimas duas décadas. Diante desse cenário, o estudo busca compreender o crescimento da população com nível superior no Brasil, examinando as mudanças que o crescimento educacional está promovendo na sociedade em meio às novas tecnologias, ambientes virtuais, movimentos políticos e fenômenos de expansão cultural presentes no contexto contemporâneo. Ao analisar tais aspectos, pretende-se refletir sobre o impacto do EaD na equiparação de oportunidades educacionais e sociais, trazendo à tona reflexões pertinentes sobre o cenário educacional brasileiro atual.

Demo (2020) destaca questões relevantes sobre o uso das tecnologias digitais na educação, especialmente no contexto do ensino à distância (EaD). O autor enfatiza que, apesar do avanço das tecnologias, muitas vezes, as práticas educacionais ainda se limitam a replicar o modelo tradicional de ensino presencial no ambiente online. Isso leva a um cenário em que o esforço é direcionado principalmente para a transmissão de conteúdo, em vez de priorizar a aprendizagem dos estudantes.

Pedro Demo (2020) ainda critica a abordagem instrucionista predominante no uso das tecnologias digitais na educação, que se concentra na mera reprodução do conteúdo e não promove a participação ativa dos alunos. Ainda, aponta que muitas vezes, os cursos online não conseguem aproveitar plenamente as potencialidades das tecnologias para criar um ambiente mais autoral e interativo de aprendizagem.

Embora Demo (2020) reconheça o esforço de uma plataforma em promover aprendizagem qualitativa, mas também destaca que ainda está presa ao modelo da "aula". Isso significa que, mesmo com o uso de tecnologia digital, a abordagem instrucionista se mantém, e o aprendizado permanece centrado na transmissão de conteúdo em vez de incentivar atividades de aprendizagem mais ativas e construtivas por parte dos estudantes.

A discussão levantada é relevante para repensar a forma como as tecnologias digitais são utilizadas na educação. É necessário buscar uma abordagem mais autoral e centrada no estudante, aproveitando as potencialidades das tecnologias para criar ambientes de aprendizagem interativos, colaborativos e significativos. Assim, é possível alavancar o crescimento do ensino à distância, especialmente na graduação, de forma a promover a equiparação social no processo educacional e proporcionar uma educação mais efetiva e inclusiva para todos os cidadãos brasileiros.

## 2 ACESSO RESTRITO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Desde seu descobrimento, em praticamente todo o período colonial, o Brasil desenvolveu um processo de educação voltado para atividades escolares de catequização de indígenas, ministradas por sacerdotes Jesuítas, dentro da ordem religiosa Companhia de Jesus. Em solo americano, apenas 40 anos após o descobrimento oficial do continente, a Universidade de Santo Tomás de Aquino, na República Dominicana, é fundada em 1538. No Brasil, entretanto, somente em 1792, é constituída a Real Academia de Artilharia, Fortificações e Desenho, primeira escola de ensino superior sediada no Rio de Janeiro, então capital do Estado do Brasil, pertencente à Portugal.

Desse modo, em quase 300 anos de história do Brasil, a formação de ensino superior é realizada fora do território nacional, como afirma a Professora Dorisdaia de Humerez:

Dados históricos indicam que a população do Brasil era totalmente desprovida de ensino superior local. Quem possuía Educação Superior ou era estrangeiro ou era membro de famílias brasileiras abastadas, enviado para uma educação em outros países, principalmente Portugal. (HUMEREZ, 2015)

Mais tarde, em 1808, já com a família real estabelecida no Brasil, são fundadas a Faculdade de Cirurgia da Bahia e a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. E em 1810 a Academia Real Militar, no Rio de Janeiro substitui a antiga Real Academia de Artilharia, Fortificações e Desenho, sem, contudo, perder sua essência estratégico militar. Percebe-se que

as primeiras instituições de ensino superior foram concebidas para atender as demandas da coroa portuguesa, bem como os interesses das famílias abastadas que aqui estabeleceram-se.

Ressaltado que, ao longo de quase 300 anos de história do Brasil, não existia ensino superior local, e a formação nessa etapa educacional era realizada no exterior, principalmente em Portugal. As primeiras instituições de ensino superior que surgiram no território brasileiro foram voltadas para atender às demandas da coroa portuguesa e os interesses das famílias abastadas estabelecidas aqui.

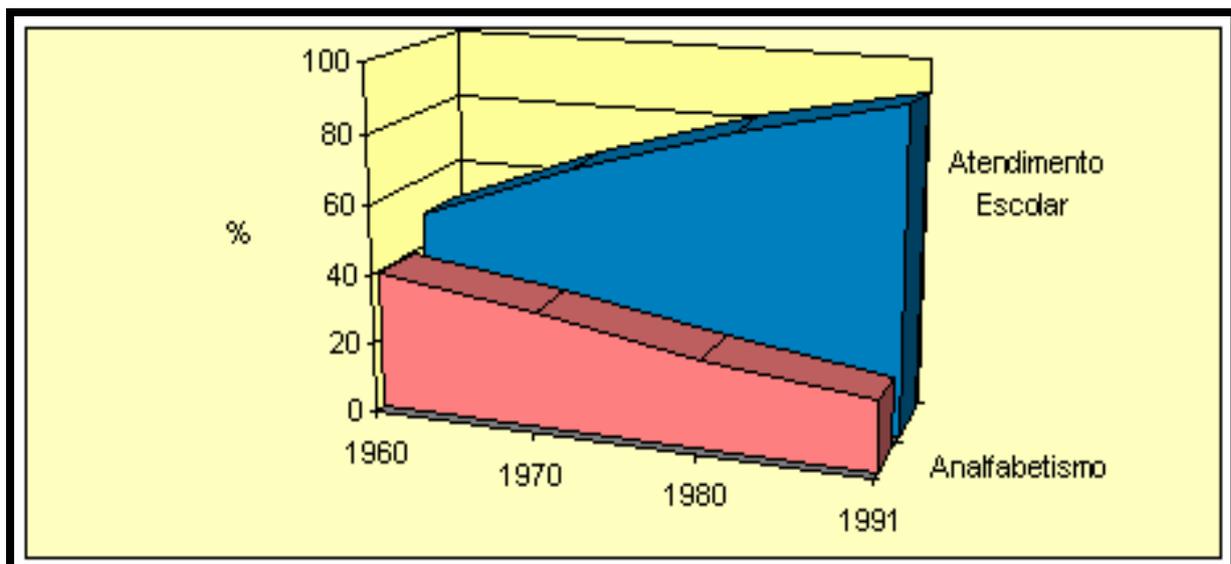
Esse cenário ilustra a influência que a colonização e a estrutura social da época tiveram na configuração da educação superior no Brasil. As atividades escolares durante o período colonial eram voltadas para a catequização de indígenas, conduzidas principalmente pelos sacerdotes jesuítas da Companhia de Jesus. Enquanto isso, outras regiões do continente americano, como a República Dominicana, já contavam com uma universidade cerca de 40 anos após o descobrimento oficial do continente.

A análise histórica apresentada permite compreender como o acesso ao ensino superior no Brasil esteve restrito a uma parcela privilegiada da população durante esses períodos, com a formação superior sendo um privilégio de estrangeiros ou de membros das famílias abastadas. Esse contexto histórico tem implicações nas desigualdades educacionais que o país enfrenta até os dias atuais, pois os efeitos desse legado ainda se fazem presentes nas estruturas e desafios da educação brasileira.

## 2.1 Educação nos últimos 60 anos

Segundo o Censo de 1960, antes da aprovação da primeira LDB, apenas 1% da população brasileira possuía nível superior.

Figura 1 - Taxas de analfabetismo (15 anos ou mais) e de atendimento escolar (7 a 14 anos) Brasil 1960 a 1991



Fonte: F. IBGE (analfabetismo) e MEC/SEDIAE/SEEC (atendimento escolar).

Como nos revela o gráfico acima, obtido em relatório Estatístico da Educação Básica do Brasil e disponibilizado pelo Ministério da Educação (MEC), no ano de 1960, cerca de 40% da população brasileira era analfabeta. Quando se depara com estes números e pensa-se em quantos anos de história o país teve até então, observa-se que em 460 anos o Brasil possuía menos da metade de sua população alfabetizada, enquanto os Estados Unidos, país com idade semelhante a do Brasil, vinte anos antes, na década de 1940 já possuía menos de 3% de sua população sendo formada por analfabetos. Mais intrigante ainda, é pensar que durante estes poucos mais de quatro séculos e meio apenas 1% da população brasileira possuía, algum tipo de graduação no ensino superior.

Notadamente, esta realidade trouxe uma escassez severa de profissionais formados que, quando disponíveis, eram disputados por diferentes organizações públicas e privadas. Isso os tornavam extremamente valorizados no mercado de trabalho, ao passo que a gigantesca maioria de trabalhadores possuíam ainda pouquíssimos ou nenhum ano de estudo.

Sob este enfoque fica evidente a constatação de que a educação no país se manteve por séculos com um perfil excludente, sendo acessível apenas para uma diminuta elite da sociedade, enquanto que a população pobre, os escravos e as mulheres permaneceram por séculos sem poderem frequentar escolas.

O ensino público apesar de seu embrião ter sido gerado em 1772, dentro da reforma Pombalina, não conseguiu efetivamente ser um fator de inibição das desigualdades sociais. Mesmo com o ensino primário gratuito sendo previsto na primeira constituição do Brasil

independente, outorgada por Dom Pedro I, de lá para cá a educação no Brasil tem se mantido elitizada, como um privilégio para uma pequena parte da população, conforme apresentado em documento do IBGE: “O sistema educacional da Primeira República, [...] Tratava-se, na caracterização oferecida por Azevedo (1943, p. 381), de um esquema descentralizado e dual, formado por um sistema de educação popular e outro de formação de elites”. (ESTATÍSTICAS DO SÉCULO XX, 2006, p.106).

De certa maneira, havia uma disputa nesta dualidade. De um lado a educação pública buscando ser gratuita, universal e laica, enquanto que a educação privada buscava atingir grupos economicamente mais privilegiados, geralmente atrelada à princípios religiosos.

Tal elitismo torna-se ainda mais evidente no ensino superior onde “A título de ilustração, destaca-se que o AEB de 1960 registra somente 2.489 alunos matriculados em cursos de pós-graduação em todo o País”. (ESTATÍSTICAS DO SÉCULO XX, 2006, pg.95).

Cabe observar que a década de 1960 foi importantíssima para o sistema educacional brasileiro. A Lei 4.024, sancionada em 1961 foi a primeira Lei de Diretrizes e Base do país, e em 1968 a Lei 5.540 fixou normas de organização para todo o ensino superior do país, com vistas a reorganizá-lo e amplificá-lo.

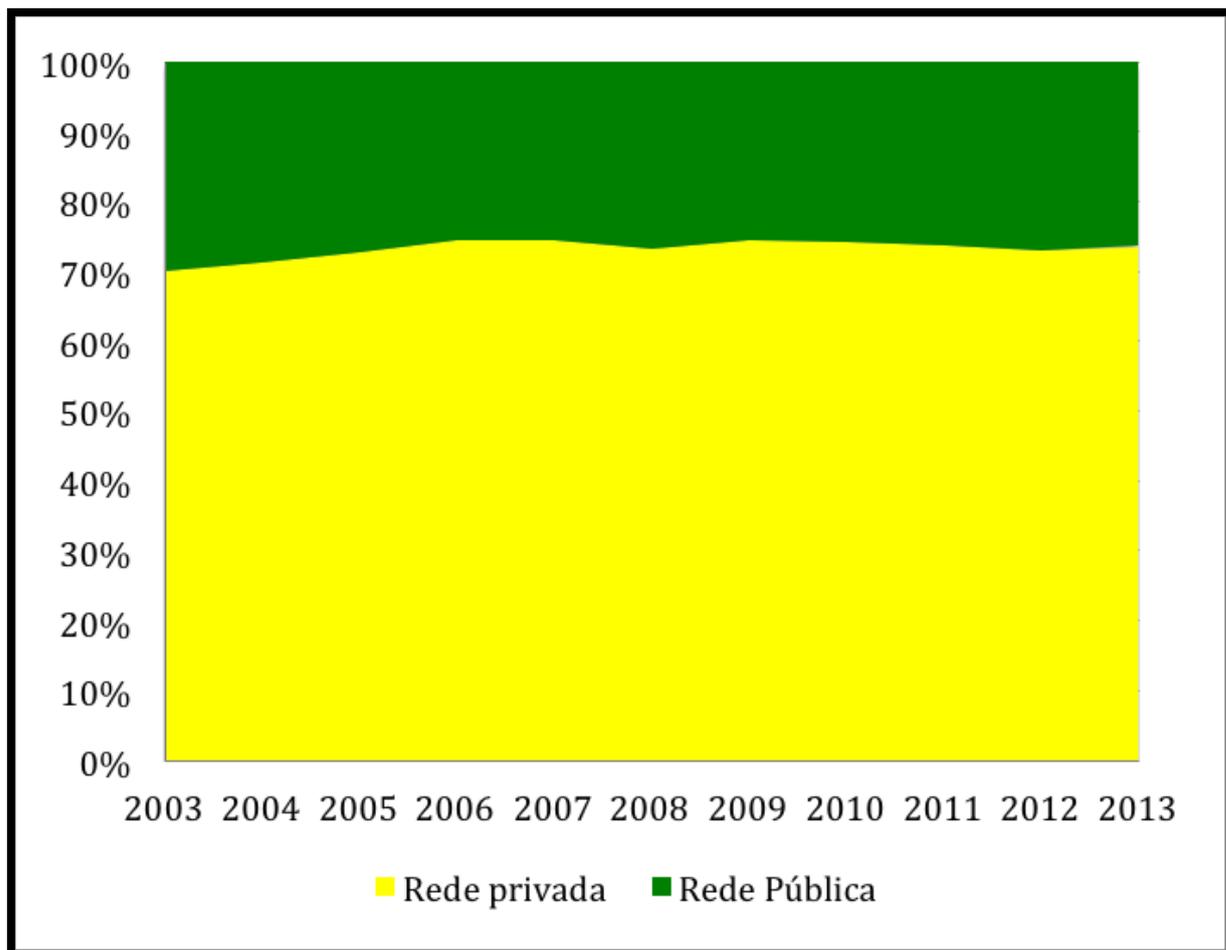
No cenário nacional, o ensino superior teve um importante crescimento nesta referida década, conforme nos aponta documento do IBGE:

Nota-se que o crescimento mais rápido das matrículas ocorre nas décadas de 1960 e de 1970. Nos anos de 1960, esse crescimento rápido das matrículas acontece tanto nos anos que antecedem como nos posteriores à reforma universitária de 1968. Em toda a década de 1960, o número de estudantes universitários aumenta mais de quatro vezes. Da mesma forma, entre 1970 e 1978, as matrículas da graduação quase triplicam. A partir de 1978, o ritmo de crescimento das matrículas da graduação se atenua, chegando-se aos anos finais do século com uma massa de aproximadamente 2 milhões de estudantes universitários. (ESTATÍSTICAS DO SÉCULO XX, 2006, p. 107)

Assim sendo, como o professor Cesar Augusto Jungblut afirma: “Aos poucos, mais especificamente no final dos anos sessenta, esta polarização relativa ao Ensino Superior perdeu inteiramente seu sentido original.” (JUNGBLUT, 2017).

A partir daí, o ensino superior passou a se desenvolver mais rapidamente, propulsionado em maior medida pela grande expansão da rede privada de ensino superior. “Cabe ressaltar que nas séries históricas apresentadas [...] a participação do setor público no ano de 1960 era de 56% das matrículas, contra os 26% resultantes do Censo de 2013.” (CAMARGO, 2014).

Figura 2 - Percentual de matrículas em graduação rede pública e privada no período de 2003 a 2013.



Fonte: <https://coloquio14.paginas.ufsc.br/>

Conforme nos apresenta artigo divulgado no XVI Congresso Internacional FOMERCO: “No período de 1970 a 2003, observou-se um crescimento de cerca de 280% no número de instituições privadas e de 12,5% no número de instituições públicas, ou seja, o setor privado foi o que mais ampliou no decorrer desse período.” (OLIVEIRA, 2017).

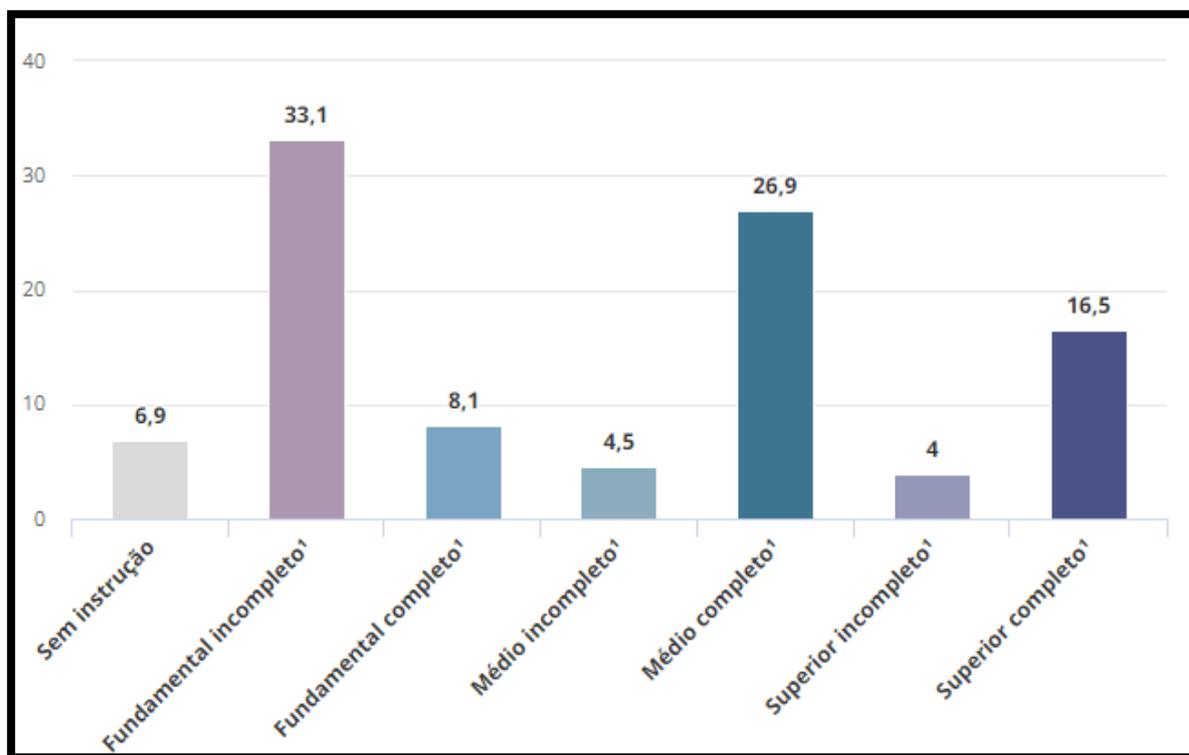
Mesmo assim, no ano de 2000, somente 4% da população brasileira possuía ou estava cursando o ensino superior, perfazendo uma média de crescimento de 1% por década, desde 1960.

Somente no início do século XXI, o Brasil expande significativamente sua população de pessoas com ensino superior, tanto que em 2010, aproximadamente 8% da população possuía nível superior. Tal percentual pode parecer pouco, mas equivale-se a um aumento de 100% em apenas uma década.

Segundo informativo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, realizada pelo IBGE, 15,3% da população brasileira já possuía ensino superior no ano de 2016.

No mesmo documento é possível verificar que em 2018, a população com mais de 25 anos de idade com nível superior estava em 16,5% do total, conforme abaixo:

Figura 3 – Pessoas de 25 anos ou mais de idade por nível de instrução no Brasil 2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2018.

Denota-se que de 2010 para 2018, o número de pessoas com o nível superior no Brasil, teve um aumento próximo de 100%, num intervalo de 8 anos, saltando de 8% em 2010 para mais de 16% em 2018. Desse modo, retomando-se os dados estatísticos a partir de 1960, pode-se observar que durante um intervalo de 40 anos, mesmo com a reforma do nível superior o país desenvolveu timidamente sua população de pessoas com algum tipo de graduação, saindo de 1% a pouco mais de 4% em 2000.

Salienta-se que, de 2000 até 2018, esse número chega a aproximadamente 16%, isto é, apresenta uma variação de 12% em apenas 18 anos. Entretanto, conforme o gráfico acima apresenta, cabe ressaltar que o país ainda sofre com índices de analfabetismo que perfaz cerca de 6,9% da população de brasileiros com mais de 25 anos de idade. Ou seja, ainda possui mais que o dobro do percentual de analfabetos que os Estados Unidos possuíam há 80 anos atrás.

## 2.2. Possíveis causas para o crescimento do ensino superior

Conforme já exposto, a educação brasileira apresentou expansão a partir da década de 1960. No entanto, ao se tratar do ensino superior, mesmo com a reforma de 1968, ainda manteve-se privilegiando as classes com maior poder aquisitivo da sociedade:

Ao longo desse processo de expansão consolidou-se, no Brasil, um sistema de Ensino Superior que, de modo muito simplista, poderia ser dividido em dois grandes grupos: o primeiro formado por instituições públicas, de maior prestígio e mais difícil acesso; e um segundo grupo, composto pelas instituições privadas, de menor prestígio e onde o ingresso é menos concorrido. (SALATA, 2018).

250

Em ambos os grupos, durante o final do século XX, o poder aquisitivo propiciava o custeamento das altas mensalidades na rede privada, ou os caros cursos preparatórios para facilitar o acesso aos concorridos vestibulares das universidades públicas.

Somente próximo ao final da década de 1990, é possível evidenciar mudanças nessa métrica de acesso ao ensino superior vigente.

Foi somente em meados da década de 1990 que a rede de Ensino Superior voltou a se expandir e, mais uma vez, de modo proporcionalmente maior para o setor privado – mas também no setor público. A esse último ciclo de expansão do Ensino Superior, [...], somou-se a implementação de uma série de políticas públicas voltadas também à democratização do acesso. Entre essas políticas, destacam-se as seguintes: o sistema de cotas, o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). (SALATA, 2018).

Embora essas políticas públicas efetivamente tenham contribuído para democratizar o acesso e a permanência no ensino superior, não se pode também deixar de observar outro movimento não abordado ainda que consiste no fenômeno de expansão do ensino à distância.

## 2.3 Expansão do Ensino à Distância

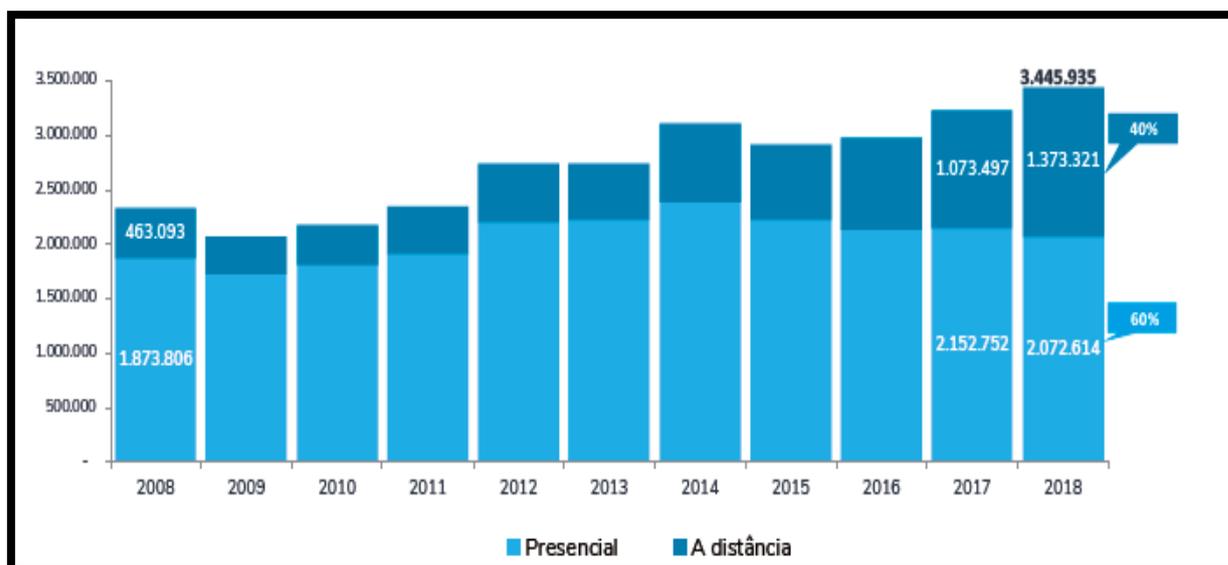
A partir da década de 1990, houve a popularização do uso do computador e da *internet*, sendo que a educação a distância se tornou *on-line* podendo ser tanto síncrona quanto assíncrona. Conforme aborda Hernandez: A educação *on-line* viabilizou a interação direta entre professor e aluno, aluno e aluno, aluno e tutor – um dos principais entraves da EaD tradicional, que tinha como tecnologias mediadoras a escrita, o rádio, a televisão, entre outros aparatos tecnológicos estáticos [...] (HERNANDES, 2017)

Através das Tecnologias da Informação e Comunicação (T.I.C.s) o ensino à distância pôde expandir-se exponencialmente pois converteu-se numa modalidade de ensino bastante distinta do sistema presencial que imperou até o final do século XX no Brasil.

Portanto, EaD não é apenas uma solução paliativa para atender alunos situados distantes geograficamente das instituições educacionais nem trata da simples transposição de conteúdos e métodos de ensino presencial para outros meios telemáticos. Os programas de EaD podem ter o nível de diálogo priorizado ou não segundo a concepção epistemológica e respectiva abordagem pedagógica. (ALMEIDA, 2003)

Deste modo, com mais efetiva regulamentação governamental através de leis e decretos, o ensino à distância passou a ser a modalidade de ensino que mais cresceu neste início do século XXI.

Figura 4 – Número de Matrículas em Curso de Graduação, por Modalidade de Ensino – 2008 – 2018.



Fonte: Censo da Educação Superior – 2018 INEP.

De acordo com o gráfico do Censo da Educação Superior de 2018, disponibilizado pelo Ministério da Educação (MEC), o percentual de matrículas no ensino superior a distância teve um salto, indo de aproximadamente 10% das matrículas em 2008 para 40% em 2018, evidenciando a franca expansão desta modalidade de ensino no Brasil.

Cabe ainda refletir sobre a importância do nível superior para o aumento da renda dos brasileiros, como ressalta a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior:

A renda de quem concluiu o ensino superior é praticamente o triplo daqueles que têm apenas o ensino médio, segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) divulgada nesta quarta-feira pelo IBGE. De acordo com o estudo, o rendimento médio mensal dos profissionais com faculdade foi de R\$ 5.110 no ano

passado, enquanto os que completaram apenas o ensino médio ganharam R\$ 1.727 em média por mês. Comparados com os trabalhadores sem qualquer nível de instrução - cuja renda média foi de apenas R\$ 842, quem tem nível superior ganhou seis vezes mais. (ABMES, 2018)

O gráfico apresentado, com dados do Censo da Educação Superior de 2018, é uma representação visual importante para ilustrar o significativo crescimento do ensino superior a distância no Brasil. O aumento das matrículas no ensino superior a distância, indo de cerca de 10% em 2008 para 40% em 2018, evidencia a franca expansão dessa modalidade de ensino no país. Esse salto representa uma mudança significativa na forma como as pessoas estão acessando e buscando a educação superior.

Além disso, é fundamental refletir sobre a importância do ensino superior para o aumento da renda dos brasileiros. Como destacado pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstra que a renda de quem concluiu o ensino superior é praticamente o triplo daqueles que possuem apenas o ensino médio. Isso ressalta a relevância do nível superior para a mobilidade social e a melhoria das condições econômicas dos indivíduos.

Essa disparidade salarial entre diferentes níveis de educação mostra a importância do investimento na educação superior como uma ferramenta para redução das desigualdades sociais e econômicas no Brasil. A expansão do ensino superior a distância tem o potencial de democratizar o acesso ao conhecimento e à formação acadêmica, permitindo que mais pessoas tenham a oportunidade de buscar qualificação profissional e, assim, aumentar suas perspectivas de emprego e renda.

Contudo, é fundamental garantir que essa expansão ocorra de forma responsável, com qualidade e acompanhamento adequado dos processos de aprendizagem. A educação a distância oferece benefícios em termos de flexibilidade e acesso, mas também exige uma estruturação sólida para garantir que os estudantes tenham uma experiência de ensino significativa e efetiva.

Nesse contexto, é essencial que as instituições de ensino e os órgãos reguladores se dediquem a garantir a excelência acadêmica nas modalidades a distância, promovendo a formação de profissionais qualificados e capacitados para enfrentar os desafios do mercado de trabalho. Somente assim, o ensino superior a distância poderá cumprir seu papel de fomentar o desenvolvimento individual e coletivo, contribuindo para o progresso e a prosperidade do país como um todo.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidencia-se então, que para a população de baixa renda o acesso ao ensino superior é fundamental no seu aprimoramento intelectual, mas ainda mais relevante profissionalmente e de vital importância para sua emancipação econômica e maior qualidade de vida. Isso promove um ganho social de elevada importância pois com mais anos de estudo, principalmente com a possibilidade de cursar o ensino superior, a população brasileira diminui desigualdades em diferentes âmbitos da sociedade.

Com maior renda, advinda de uma carreira profissional mais estável e intelectualmente mais elevada, promove a expansão da pesquisa, criação de novas teorias e aumento do nível crítico da população. É o que pode ser observado nos últimos anos no cenário midiático, informacional e político do país, onde vem ocorrendo verdadeiras revoluções comportamentais da população que estão atentas e mais críticas a assuntos referente a moral, e a ética.

Esse debate, aliado às ações e uma diferente postura que a população brasileira vem adotando, denota que esta está muito mais atenta, bem informada e compreende de melhor maneira a sociedade de qual faz parte. Tudo isso favorecido por um ambiente em que a educação se torna cada vez mais atuante. E dentro desta educação, o ensino à distância, vem sendo “ponta de lança”. O formato moderno, dinâmico e pioneiro no uso das tecnologias de informação, estão plenamente alinhadas aos anseios e às demandas da sociedade brasileira.

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. **Educação a distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem.** Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n2/a10v29n2.pdf> Acesso 08/02/2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração.** Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DO ENSINO SUPERIOR. **Concluir o ensino superior triplica a renda, mostra IBGE.** Disponível em: <https://abmes.org.br/noticias/detalhe/2746/concluir-o-ensino-superior-triplica-a-renda-mostra-ibge> Acesso em 20/02/2020.

CAMARGO, Murilo Silva de. **A evolução dos indicadores da educação superior brasileira no período 2003 a 2013: dados e resultados das políticas públicas implementadas.** Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/131810> Acesso em 16/01/2020.

CRISTOVAM, Francisca Kelly Gomes. **Educação e Constituições Brasileiras**. Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/revistas/coprecis/trabalhos/TRABALHO\\_EV077\\_MD1\\_SA9\\_ID813\\_14082017145015.pdf](https://www.editorarealize.com.br/revistas/coprecis/trabalhos/TRABALHO_EV077_MD1_SA9_ID813_14082017145015.pdf). Acessado em 04/01/2020

DA SILVA GONCALVES, Maria Célia. O uso da metodologia qualitativa na construção do conhecimento científico. **Ciênc. cogn.**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 199-203, mar. 2007. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1806-58212007000100018&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212007000100018&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 05 jun. 2023.

DEMO, P. Aprender com suporte digital- Atividades autorais digitais. **Humanidades & Tecnologia (FINOM)**, v. 25, p. 10-94, jul./set. 2020. Disponível em: [http://revistas.icesp.br/index.php/FINOM\\_Humanidade\\_Tecnologia/article/view/1284](http://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/1284). Acesso em: 04 nov. 2022.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Mesmo em queda, taxa de analfabetismo em 2000 é superior à dos EUA em 1940**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2605200729.htm>. Acessado em 03/01/2020.

HERNANDES, Paulo Romualdo. **A universidade aberta do Brasil e a democratização do ensino superior público**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/2017nahead/1809-4465-ensaio-S0104-40362017002500777.pdf> Acesso: 08/02/2020.

HUMEREZ, Dorisdaia C. de. **Evolução histórica do ensino superior no Brasil**. 2015. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/enfermagem-e-formacao-artigos-cientificos\\_31492.html](http://www.cofen.gov.br/enfermagem-e-formacao-artigos-cientificos_31492.html) Acessado em 15/02/2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da educação superior 2018**: Notas estatísticas. MEC, Brasília-DF, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do Século XX**, IBGE, Rio de Janeiro, 2006.

JUNGBLUT, César Augusto. **História e organização do ensino superior no Brasil**. Indaial: UNIASSELVI, 2017. 116 p.: il. ISBN 978-85-69910-58-9 1.

SANTOS, Ana Rachel Pires Cantarelli; GONÇALVES, Maria Célia da Silva. Profissão Docente: múltiplas facetas e desafios na mobilização e valorização dos saberes. In: **ALTUS CIÊNCIA**. ISSN 2318-4817. vol. 17, jan./jul. 2023. DOI: 10.5281/zenodo.7897607. Disponível em: <<http://revistas.fcjp.edu.br/ojs/index.php/altuscienca/article/view/135>>. Acesso em: 05 de jun.2023.

RAMINHO, E. G.; GONÇALVES, M. C. da S.; FURTADO, A. C. Contribuições da formação para os saberes do professor do século XXI: Um projeto a ser discutido. **Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 12, n. esp.1, p. e023014, 2022. DOI: 10.30612/eduf.v12in.esp.1.17109. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/17109>. Acesso em: 27 jun. 2023.

OLIVEIRA, Jennifer. **Uma análise sobre o sistema de ensino superior brasileiro: o modelo de universidades privadas e públicas e sua relação com o desenvolvimento.** Disponível em: [http://www.congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1508100553\\_ARQUIVO\\_FOMERCO\\_versaofinal\\_FORMATADO.pdf](http://www.congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1508100553_ARQUIVO_FOMERCO_versaofinal_FORMATADO.pdf) Acessado em 08/02/2020.

SALATA, André. **Ensino Superior no Brasil das últimas décadas.** Redução nas desigualdades de acesso? Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU **A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade.** Florianópolis, 2014. ISBN: 978-85-68618-00-4